

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 534.273 - SP (2019/0279929-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : L B DE L
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : L B DE L (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado por L. B. DE L., em benefício próprio, contra o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Do que se depreende dos autos, o impetrante/paciente quer demonstrar que não houve provas suficientes para condená-lo, e requer a sua absolvição do crime de estupro (e-STJ fls. 1/6) .

Narra que não sabia que a menina era menor de idade, que ela estava em um lugar onde mulheres faziam programa e teria oferecido um programa para o paciente, e como ele possuía apenas 38 reais, deu o dinheiro para moça, e ambos apenas se beijaram. Aduz ainda que não era possível cometer estupro ali, uma vez que era um lugar muito movimentado (e-STJ fls. 1/6).

Relata que, nos exames feitos na moça, reconheceram que não houve violência sexual (e-STJ fls. 1/6).

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a absolvição do crime de estupro, por serem as provas inconclusivas.

Indeferido o pleito liminar (e-STJ fls. 14/15), foram prestadas as informações solicitadas (e-STJ fls. 20/28).

Colhida a manifestação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (e-STJ fls. 33/34), opinou o Ministério Público Federal "pelo não conhecimento do *habeas corpus*" (e-STJ fls. 39/43).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. **Decido.**

Como bem esclareceu a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Tribunal de origem ainda não enfrentou a matéria objeto da presente impetração, uma vez que pendente naquela Corte o julgamento do recurso de apelação (e-STJ fl. 34), o que impede esta Corte Superior de examinar o tema.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.

I - A tese recursal relativa à eventuais nulidades ocorridas no inquérito policial sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, ao fundamento de que não foram apresentados documentos comprobatórios do alegado, razão pela qual o mandamus impetrado na eg. Corte de origem foi parcialmente conhecido.

II - Assim sendo, fica impedida esta eg. Corte de analisar a quaestio ventilada no recurso, sob pena de indevida supressão de instância, já que o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca das alegadas nulidades.

[...] Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta parte, desprovido. (RHC 45.246/RS, Rel. Min. FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 2/10/2014, DJe 13/10/2014).

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA E DEFICIÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. MATÉRIAS NÃO EXAMINADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDEVIDA SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando

Superior Tribunal de Justiça

constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Conforme entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, o prequestionamento das teses jurídicas constitui requisito de admissibilidade da via, inclusive em se tratando de matérias de ordem pública, sob pena de incidir em indevida supressão de instância e violação da competência constitucionalmente definida para esta Corte.

3. As teses de nulidade da ação por ausência de notificação do paciente para apresentar defesa prévia, bem como por deficiência na defesa técnica, não foram objeto de julgamento pela Corte de origem, o que impede seu conhecimento por este Tribunal, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

4. "A alegação de deficiência da defesa deve vir acompanhada de prova de inércia ou desídia do defensor, causadora de prejuízo concreto à regular defesa do réu" (RHC 39.788/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 25/2/2015), o que não se verifica no caso em exame.

5. Writ não conhecido. (HC 287.808/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 25/05/2017).

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente *habeas corpus*.
Recomenda-se celeridade no julgamento da apelação criminal interposto pelo ora paciente.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator